

# a política habitacional e a classe trabalhadora\*

João Roberto Lavieri\*\*

O que pretendo nesta exposição é colocar algumas informações que possam nos ajudar no debate sobre o tema de hoje, abordando a Política Habitacional Brasileira para a classe trabalhadora como uma POLÍTICA DE FAVELIZAÇÃO ou seja uma política que visa garantir o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Não trazemos nada de novo pois bastaria olharmos para a maioria das cidades brasileiras, especialmente as grandes cidades, para reconhecermos nas mesmas a imagem de uma imensa favela, entretanto acredito que a forma um pouco inusitada de tratar a questão pode nos ajudar a fazer uma compreensão mais adequada da questão habitacional. 81

Para falar sobre o tema da política habitacional e a classe trabalhadora gostaria de lembrar inicialmente que as condições habitacionais dos trabalhadores são secularmente problemáticas. É sabido que aos trabalhadores, sempre que houve dominação, foi dada uma condição habitacional de penúria e que com o advento da industrialização estas condições, paradoxalmente à possibilidade que a indústria colocava de dar acesso a um grande número de pessoas aos produtos então fabricados em grande quantidade, as condições habitacionais dos trabalhadores se agravaram.

\* Pronunciamento no II SEMINÁRIO SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba em 18 de outubro de 1983 em João Pessoa-PB.

\*\* Arquiteto, professor do Departamento de Arquitetura da UFPb.

Com a necessidade de concentrar força de trabalho em pontos do território as condições de vida dos trabalhadores se deterioraram a níveis inimagináveis, exigindo jornadas de trabalho muito prolongadas bem como o trabalho das mulheres e das crianças como se pode constatar por algumas descrições sobre as condições de vida da classe trabalhadora após a industrialização.<sup>1</sup>

Como não poderia deixar de ser é intrínseco ao agravamento das condições de vida da classe trabalhadora que as condições habitacionais também sofram um processo de deterioração e especialmente nos momentos em que tais condições representaram um problema, uma ameaça ou um empecilho para as classes dominantes, o problema habitacional ganhou os noticiários da imprensa, atingiu a "opinião pública" e se tornou um caso de saúde pública, ou mesmo, como é mais conhecido pela nossa experiência recente, tornou-se um caso de polícia, maneira pela qual por muito tempo os problemas das favelas foram tratados entre nós.

Mas falar hoje, no Brasil, do problema da habitação para os trabalhadores pode parecer algo um tanto insólito; não que os trabalhadores tenham deixado de ter graves problemas habitacionais, mas pelo fato de que a maioria dos trabalhadores brasileiros hoje está se defrontando com um problema **82 VITAL**, que coloca a questão habitacional de certo modo em um plano secundário.

Basta lembrar que os trabalhadores, castigados pelo desemprego — como acontece quando a seca os castiga no nordeste — estão recorrendo também em outras regiões do país aos saques de armazens e supermercados para proverem a sua alimentação e a de suas famílias.

Mas como a alimentação não é a única necessidade do trabalhador para que este possa sobreviver, a si e à sua família, ele tem que comer, repousar, vestir-se, transportar-se, medicar-se etc. para poder trabalhar, vender sua força de trabalho, com o que receberá um salário para pagar os gastos que terá, necessariamente que realizar, para poder voltar a trabalhar, ou seja, para reproduzir a sua força de trabalho, como já foi discutido ontem neste seminário.

É procurando entender a habitação como um dos itens com os quais se tem gastos para se poder reproduzir a força de trabalho que procurei analisar o tema de hoje.

Mas logo de início devemos ressaltar duas coisas: primeiro o fato de que a habitação é uma necessidade complexa, não se limitando estritamente a um teto para repousar, é necessário que se tenha acesso às condições de abastecimento de água, luz e esgoto, que se possa estar próximo ou ligado através dos meios de transporte ao trabalho, às escolas, creches, hospitais, ao comércio, enfim, a habitação está ligada a um conjunto de necessidades que tem cada uma

delas um preço; em segundo lugar cabe lembrar que é com os salários recebidos como pagamento ao trabalho realizado que o trabalhador poderá suprir seu conjunto de necessidades.

Mas vejamos o que tem acontecido com o salário dos trabalhadores brasileiros: seus salários historicamente têm apresentado uma tendência a perder seu poder de compra, tendência esta que pode ou não ser invertida dependendo da organização política da classe trabalhadora.

Se atentarmos para o fato de que à partir de 64, com o golpe militar, o poder político dos trabalhadores foi anulado pela força, entenderemos a razão pela qual o poder aquisitivo dos salários sofreu quedas significativas neste período, em que pese a aparente prosperidade vivida de 68 a 74, conhecida como o "MILAGRE.., que fez crescer o bolo e que aos trabalhadores nunca foi dado comer uma parte deste bolo, apesar de ser o seu trabalho o gerador de toda a riqueza social deste período.

Para nos atermos a alguns dados recentes, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) divulgou<sup>2</sup> que no início deste mês de outubro, pela primeira vez na história, o salário mínimo não é suficiente para adquirir a ração essencial mínima para um trabalhador adulto sobreviver. O salário mínimo da região sudeste é de Cr\$ 34.776,00 enquanto a ração mínima previsto pela constituição da república, que considera não só o trabalhador mas toda a sua família, deveria ser de Cr\$ 220.477,23.2 83

O economista Francisco Carrion Jr., em artigo na Folha de São Paulo,<sup>3</sup> nos informa que o governo parte da premissa que os salários representariam 60% da renda nacional, ao definir a política salarial, enquanto dados do Ministério do Trabalho (RAIS)<sup>\*\*\*</sup> indicam a participação dos salários em apenas 30% da renda; além disso, o Brasil possui a maior Jornada de Trabalho do mundo, com 48 horas semanais enquanto o Japão, Austrália, Perú e Chile apresentam jornadas semanais de 40 horas. Entretanto temos o menor salário da América Latina, o qual representa a metade do recebido no Paraguai e menos da metade do fixado na Argentina, Colômbia e Panamá. Soma-se ainda o fato de que 64% dos brasileiros empregados ganham menos que dois salários mínimos e 95% menos que 10 salários, além de 15% das pessoas em idade de trabalhar não encontrarem emprego e outras tantas estarem subempregadas.

Somente estes dados já nos revelam como são limitados os recursos da maioria dos trabalhadores brasileiros para resolver suas necessidades habitacionais.

O economista Guido Mantega,<sup>4</sup> em artigo recente, nos mostra como as empresas não financeiras nacionais e estrangeiras conseguiram, neste período de crise da economia, reascender suas taxas de lucro de 8,5%, em 1981, para 8,6%, em 82, as nacionais, e de 8,8% em 81 para 10,2% em 82 as estrangeiras,

através "da deterioração dos custos com a mão-de-obra".<sup>4</sup>

"As empresas não financeiras conseguiram a proeza de elevar seu faturamento e seus lucros com a redução do número de funcionários que de 1981 para 1982 caiu de 3,9% nas empresas privadas nacionais e de 6,4% nas estrangeiras. Desta forma, os trabalhadores que permanecem empregados estão trabalhando por si e pelos colegas despedidos, elevando a produtividade da mão-de-obra sem qualquer remuneração. É assim que estão sendo distribuídos os sacrifícios da crise brasileira...<sup>4</sup>

Com estas breves ilustrações é bastante fácil pensar que esta situação se desdobra na condição habitacional dos trabalhadores.

De fato se formos aos jornais de 1981 encontraremos um sem número de notícias, principalmente a partir do mês de setembro, que nos dão conta de vários casos de invasões ocorridas na cidade de São Paulo, não por acaso na zona leste da cidade, reunindo os conjuntos de até 2.000 famílias, que invadiram terras públicas ou particulares na tentativa de ajustar seus gastos com o item habitação ao desemprego e ao arrocho salarial.<sup>5</sup>

84 Estes acontecimentos muito frequentes em São Paulo se disseminaram pelos demais Estados havendo referências de invasões pelo menos, em Goiás, Rio de Janeiro, Fortaleza, como também temos o nosso caso da invasão do Jardim Veneza, aqui em João Pessoa, em setembro de 1982, onde foi adotada a inovação da polícia despejar os invasores utilizando-se de detentos da penitenciária local, enquanto que na maioria dos casos os despejos realizados por força de sentença judicial (ações de reintegração de posse) foram executados por efetivos das polícias militares, armados como se estivessem indo para a guerra das Malvinas.

Somam-se a estes, os casos de invasões de conjuntos habitacionais do BNH desocupados ou mesmo inclusos como se tem notícia em algumas cidades, é o caso do Conjunto Centreville em São Paulo e do Conjunto Mangabeira em João Pessoa.

São Paulo experimentou em 1981 um crescimento populacional da ordem de 44% enquanto as favelas da cidade cresceram em 446%.

É evidente que se nota um grande reajuste das condições de moradia, principalmente da população de níveis de renda mais baixos, ajustando-se à política econômica.

Eu diria que neste processo se torna mais evidente, é quase visível, uma POLÍTICA HABITACIONAL DE FAVELIZAÇÃO, o que nos permite evitar o equívoco comum de associarmos a existência de uma Política Habitacional como algo colado ao BNH, ou melhor ainda à Política do BNH.

Não que o BNH não seja importante como um dos instrumentos oficiais de elaboração da política habitacional e urbana.

Pois que o próprio BNH neste processo vai trazer também a sua contribuição à favelização, com os reajustes das prestações acima dos índices inflacionários, os famosos 130% de reajuste cobrados dos mutuários a partir de julho deste ano.

Mas para não ficar por aí, já que eu me referi ao BNH, gostaria de ressaltar que sua ação é insignificante quanto ao atendimento que proporciona à maioria dos trabalhadores, bastando para verificar isto lembrarmos que quem tem rendimentos inferiores a três ou possivelmente hoje a cinco salários mínimos não é aceito pelos critérios do Banco (Comprometimento de renda) para "receber Casa", e recordarmos que 64% dos brasileiros empregados recebem até dois salários mínimos e 95% menos que 10 salários.

Os profilurb, profavela e promorar, que são relativamente recentes e destinam-se às rendas inferiores são, por seu turno, a "criação" oficial da favela pelo próprio banco, através de seus agentes.

Mas não é sem oposições dos trabalhadores que este processo tem se realizado. As ações de remoção de favelas para conjuntos habitacionais inauguradas no Rio de Janeiro com as Vilas KENNEDY, ESPERANÇA e ALIANÇA, e posteriormente desenvolvidas pelo BNH não passaram sem arranhões e sem 85 resistência pela goela a baixo dos trabalhadores, as críticas às novas localizações, distantes do emprego, sem os serviços urbanos, sem água, luz, etc. encontraram várias resistências, muitas críticas foram feitas à política de remoção de favelas, pois o que se removía era o empecilho representado pela habitação do trabalhador próximas aos centros urbanos para dar lugar a um novo urbano, o urbano do capitalismo industrial oligopolizado, associado ao capital estrangeiro, para dar lugar à especulação imobiliária, para dar lugar ao novo urbano que se estruturava com as políticas de desenvolvimento urbano, criando a nova base física necessária ao capitalismo oligopolista.

O que eu gostaria ainda de tocar é em dois pontos que restam sem um certo detalhamento; e que são: 1) Como este reajustar constante das formas de morar dos trabalhadores reverte aos interesses do capital; 2) Qual a importância do BNH com sua complexa estrutura financeira, se ele foi apresentado aqui como relativamente desimportante para a política habitacional de favelização.

Quanto ao primeiro ponto, eu gostaria apenas de reforçar que o refazer permanente do morar do trabalhador permite que lhe seja pago um salário inferior aos custos necessários à sua sobrevivência, pois conta com um trabalho adicional dos trabalhadores nas horas de folga, nos fins de semana, no mutirão, na construção/manutenção permanente de suas moradias que nunca ficam prontas, distantes do emprego, sem infra-estrutura e equipamentos sociais do

mesmo modo que as demais formas de produção de valores de uso realizadas pelo trabalho doméstico da mulher, das hortas caseiras, da roupa lavada para o bairro "classe média", dos biscates, dos amendoins vendidos pelos pirralhos por toda a cidade; que vão exigir um trabalho adicional para permitir a sobrevivência rebaixando os salários e alimentando os setores dinâmicos da economia.

Quando ao segundo ponto, creio haver um importante papel para o BNH e sua sofisticada estrutura financeira.

Primeiramente este funciona como um catalizador de dinheiro do público para a atividade produtiva com o SEPE e com o seguro patronal do desemprego, o FGTS, cotizando, entre os empregadores um fundo para acabar com a estabilidade do emprego e permitir a rotatividade da mão-de-obra recursos estes – os do FGTS – que são drenados para outras atividades mais urgentes para a produção através da aquisição de títulos da dívida pública. Mas grande parte dos recursos do sistema financeiro da habitação são empregados no fomento ao desenvolvimento urbano, dando vitalidade ao setor da construção civil, que embora opere com baixa produtividade e seja controlado pelo capital nacional, tem fundamental importância para o refazer permanente da urbe do capital, que precisa ser permanentemente reformada, seja pela remoção das habitações para dar lugar à infra-estrutura da cidade oligopolista, seja para formar os bairros classe média, com os gerentes da nova ordem e os funcionários da burocracia residindo no CRISTO e em TAMBAÚ, como os professores universitários por exemplo, seja para nos momentos de crise da economia amparar a construção civil, esta ferramenta indispensável, construindo habitações populares, menos rentáveis é certo, mas inevitáveis quando os apartamentos classe média não encontram demanda, seja quando o governo precisa dos votos nos momentos pré-eleitorais, seja ainda para ampliar as fronteiras da cidade para além do imaginável, como os conjuntos José Américo e Ernesto Geisel fizeram nossa cidade pular a BR-230 em 1978 e o conjunto Mangabeira e Grotões completaram a obra em 1982.6

## NOTAS

- 1 Sobre o assunto ver: ENGELS, F.: *A situação da classe trabalhadora Em Inglaterra*, Dado afrontamento, 1975.  
Foot-Hardman, Francisco: *Vida Operária*: in *Brasil História*, vol. 3.  
FOOT-HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor – *História da Indústria e do trabalho no Brasil*. ed. Global, São Paulo, 1982, Col. Teses-6  
ENGELS, F: *Contribuição ao Problema da Habitação* in *Datas Escolhidas de Mara e Engels* vol. Alfa-Omega, S. Paulo, Vol. 2. pp. 104-182.
- 2 Folha de S. Paulo: **CESTA BÁSICA JÁ SUPERA O SALÁRIO MÍNIMO**. F. S. P. 04-10-83 Pg DI e *Salário Mínimo já não dá para alimentar uma única pessoa*. Folha de São Paulo, 04-10-83 p. 11.
- 3 CARRION, Dr. Francisco. *Terminologia Moderna para Prática Antiga*. Folha de São Paulo, 11-10-83 p. 01
- 4 MANTEGA, Guido *Quem Ainda Lucra com a Crise? Brasileira* Folha de São Paulo 13-10-83 p. 8.
- 5 Ver sobre o assunto – Laviari, João Roberto *Crise da Habitação: Mobilização popular versus Estratégias Oficiais*, 1982.
- 6 ver sobre o assunto – Souza, Idamiram Batista de, *Estudo da Localização dos Conjuntos Habitacionais em João Pessoa*, Trabalho de diplomação em arquitetura, CAU-UFPb 1982